

ATA DA 427ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DA ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, às oito horas e quarenta minutos, em terceira chamada, deu-se início à reunião extraordinária da Comissão de Graduação da EPUSP. A reunião foi realizada na Sala do CTA, no prédio da Administração da Escola Politécnica da USP, sob a presidência do Professor Doutor Antonio Carlos Seabra e com a presença dos professores doutores Fernando Akira Kurokawa (vice-presidente), Sérgio Leal Ferreira, (PCC), Paulo Sérgio Cugnasca (PCS), José Aquiles Baesso Grimoni (PEA), Wilson Komatsu (PEA), Mário Eduardo Senatore Soares (PEF), Renato Carlos Zambon (PHA), Edilson Hiroshi Tamai (PME), Eduardo Cesar Sansone (PMI), Rafael Traldi Moura (PMR), Eduardo Franco Monlevade (PMT), Helio Mitio Morishita (PNV), Thiago Olitta Basso (suplente PQI), Marco Aurélio de Mesquita (PRO), Gustavo Pamplona Rehder (PSI), Cristiano Magalhães Panazio (PTC), Claudio Luiz Marte (PTR), Augusto Câmara Neiva (CCB) e Marcio Lobo Netto (CRInt). Também estiveram presentes os representantes discentes João Mendonça Madeira, Laura Carmieletto Saran, Luiz Henrique Piffer Marques e Vinicius Murbach Toth; e as funcionárias Denise Fernanda de Souza – Chefe Serviço de Apoio Educacional / Secretária da CG-EPUSP e Renata Cristina de Lima Amorim Barros – Chefe do Serviço de Graduação.

I - ORDEM DO DIA

1- Curricularização da Extensão

A reunião teve como objetivo a apresentação de possibilidades e de ideias para a curricularização da extensão, bem como as opiniões e preocupações dos membros da CG a respeito do tema.

O Prof. Dr. Marco Aurélio de Mesquita, CoC-Produção, expôs suas preocupações acerca de como estruturar e operacionalizar a carga de extensão, destacando que dez por cento do curso em atividades extensionistas representava uma carga bem alta, maior que as cento e oitenta horas de estágio. A dúvida era se estas horas precisariam estar vinculadas às disciplinas ou se poderiam ser lançadas diretamente no currículo. Em seguida, o Prof. Dr. Cristiano Magalhães Panazio, da CoC-Telecomunicações, relatou também sua preocupação com a implementação da curricularização da extensão, as questões acerca de estágios e TCC, como seria a validação caso passassem a valer como extensão.

O Prof. Dr. Antonio Carlos Seabra informou que os membros não deveriam se estender nos detalhes; a reunião visava tratar dos aspectos gerais e operacionais, para, posteriormente,

poderem desenvolver a prática. Quanto à carga de dez por cento do curso, isso não estava em discussão e não era do âmbito de decisão da USP. Era uma lei federal, todas as escolas de engenharia do Brasil já haviam se adequado e a USP precisava aderir.

O Prof. Dr. Fernando Akira Kurokawa expôs a sugestão de uniformizar os trabalhos de formatura e as disciplinas de introdução à engenharia e transformar os créditos-trabalho em curricularização. Para tanto, a ideia era criar uma disciplina guarda-chuva ou um módulo com projetos gerenciáveis. Destacou que após o Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia – COBENGE foi possível ter uma visão mais abrangente do assunto e muitas disciplinas fizeram a adequação. Além disso, a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária – PROCEU havia enviado um FAQ.

O Prof. Cristiano Panazio disse que os membros da sua CoC consideravam razoável deslocar parte dos créditos de optativas livres para carga de extensão, pois a pior situação seria aumentar o número de créditos. No entanto, havia a preocupação sobre a validação das atividades, principalmente a questão de estágio. Falou sobre a disciplina PCC-3100 e a questão dos dois créditos de Introdução à Engenharia. Se não pudessem usar o estágio, teriam que destinar todas as horas de optativas livres para atividades de extensão. Havia também a preocupação com o que poderia ser enquadrado como atividade de extensão. Exemplificou dizendo que havia atividades de IC que traziam benefícios para a sociedade, mas que eventualmente não seriam consideradas atividades extensionistas.

O Prof. Seabra esclareceu que o cerne da questão era que a atividade deveria ser dialógica, com troca e interação, não apenas a entrega de uma solução “pronta” para o público. A interação deveria seguir alguns modelos de projetos de engenharia, no qual se conversa, entende-se o problema e há interlocução com os interessados em todas as etapas do projeto. Ressaltou que empresários e empresas não faziam parte do grupo social considerado para fins de atividades extensionistas. Escolas, sim. Citou o oferecimento de aulas em cursinhos populares, desde que acompanhadas e orientadas por um docente responsável - apenas o fato de ser aula voluntária não a caracterizaria como atividade de extensão (como AAC sim). A questão residia em como fazer a avaliação e controle das atividades de extensão dos cinco mil alunos da Poli, quatrocentas horas cada. Dada a complexidade da questão, era necessário pensar em grandes estruturas que pudessem facilitar o diálogo e o controle, e mencionou eventuais atividades de extensão realizadas conjuntamente com equipamentos de saúde, ONGs, prefeituras, etc. O Prof. Wilson Komatsu destacou ainda que a Poli precisaria unificar seu entendimento, corroborado pelo Prof. Seabra.

O Prof. Helio Mitio Morishita, CoC-Naval, apresentou algumas dúvidas sobre a utilização de créditos-trabalho para a curricularização e o Prof. Fernando explicou que os créditos-trabalho não contavam para os créditos do curso, contam como hora; por isso,

poderiam ser utilizados para as horas de extensão. As horas de estágio obrigatório, por sua vez, não poderiam ser utilizadas para outro fim.

O Prof. Dr. Eduardo César Sansone apresentou a proposta de readequação de créditos da Coc-Minas / Petróleo para atender à resolução: reduziriam de dezesseis para seis os créditos de optativas livres. Estes treze créditos corresponderiam à carga de dez por cento do curso em atividades extensionistas. Eventualmente, haveria a possibilidade de retirar algum crédito obrigatório. Foi um exercício para se encontrar espaços na estrutura para implementar as mudanças.

O Prof. Seabra disse que a CG havia convidado a Profa. Patrícia Lizi de Oliveira Maggi, da Universidade Positivo - Paraná, para uma palestra na Poli sobre a curricularização da extensão. A ideia era que cada curso trouxesse uma proposta inicial de como pretendia adequar sua estrutura curricular e, assim, levar questões objetivas para a palestra. A Profa. Patrícia tinha um domínio grande do assunto. Pediu também que um membro de cada grupo revisasse o texto desenvolvido sobre as habilidades e competências, a fim de chegar numa redação única, validando os pontos em comum, e a redação pudesse ser aprovada na CG. Em seguida, apresentou e esclareceu alguns pontos da Deliberação CEE 216/2023, de 06 de setembro de 2023, que estabelecia que as novas propostas de matrizes curriculares deveriam incluir a carga horária de extensão para ingressantes a partir de 2023. A Poli já deveria ter feito isso, por isso a urgência.

O Prof. Dr. José Aquiles Baesso Grimoni relatou que havia consultado disciplinas de outras unidades no Sistema Júpiter e constatou o oferecimento de cerca de cinquenta disciplinas de extensão. Além disso, consultou os alunos do CEE (Centrinho da Elétrica) para que elencassem atividades que já fossem realizadas como extensão e esclareceu que deixaria como segundo plano a alteração de créditos de optativas livres – justificou o receio explicando que as optativas livres são a oportunidade de os alunos poderem estudar coisas diferentes e aproveitar o que a Universidade oferece. O Prof. Seabra concordava com o espírito das optativas livres, mas destacou que retirá-las seria um recurso transitório, caso necessário.

O Prof. Dr. Edilson Hiroshi Tamai informou que havia reunido uma CoC estendida para tratar do assunto – o que ocorreu anteriormente ao recebimento do FAQ da PROCEU. Houve dúvidas sobre a administração das atividades que os alunos já realizam e na questão do TCC “extensionista” e do TCC “empresarial”. Acrescentou ainda a preocupação com o que seria considerado AAC e o que seria considerado extensão. O Prof. Dr. Antonio Carlos Seabra informou que o aluno escolheria qual TCC fazer, na modalidade extensionista ou não, e o mesmo entendimento seria aplicado às optativas livres acadêmicas e extensionistas. Sobre a dúvida entre AAC e atividade extensionista, esta última deveria ser aprovada pela CCEX e ser supervisionada. Grupos de competição não se enquadravam. O

Prof. Dr. Edilson Hiroshi Tamai expressou ainda sua preocupação acerca da supervisão das atividades, pois isso demandaria docentes, funcionários e recursos.

O Prof. Dr. Hélio Mitio Morishita evidenciou a necessidade de uma estrutura forte. Completou que a interdisciplinaridade é mais rica para a questão da extensão e questionou se as atividades extensionistas poderiam ser realizadas durante o período de férias. O Prof. Dr. Antonio Carlos Seabra notificou que por enquanto não havia nada proibindo as atividades fora dos períodos letivos.

O Prof. Dr. Rafael Traldi Moura comunicou que havia analisado a carga horária do curso e o mínimo a que conseguiria chegar eram 3.795 horas - sem, no entanto, contar as trezentas horas de optativas livres. Uma possibilidade seria retirar as optativas livres e substituí-las por extensão. Questionou se seria possível haver disciplinas apenas com crédito trabalho e disse que o PET - Escola Avançada de Engenharia Mecatrônica poderia servir como atividade extensionista; assim como as atividades da equipe de robótica *Thunderatz*. Outra ideia seria aninhar os PETs como projetos de disciplinas guarda-chuva.

O Prof. Dr. Sérgio Leal Ferreira destacou que havia grandes oportunidades de atividades de extensão pela interação que o curso da Civil possui com o ambiente urbano. O Prof. Seabra disse que cada habilitação poderia verificar o que melhor se adequasse ao seu curso, as melhores soluções, sempre lembrando que a carga horária não poderia ser aumentada e que as atividades passariam pela chancela da CCEX.

O Prof. Dr. Renato Carlos Zambon expressou sua preocupação sobre o aproveitamento das disciplinas obrigatórias para extensão, pois isso implicaria a modificação de tais disciplinas. Citou ainda possibilidades dentro do curso da ambiental, como o grupo de extensão Amphibia, e o estágio não obrigatório com caráter extensionista.

O Prof. Sansone sugeriu que atividades realizadas com os alunos do Ensino Médio pudessem ser consideradas - eventualmente, utilizar as semanas da Páscoa e da Pátria para realizá-las. Ressaltou, no entanto, que não poderiam ser atividades no molde palestra, simplesmente. Nesta direção, o Prof. Marcio Lobo Netto citou também o evento "USP Portas Abertas".

Os representantes discentes destacaram a grande quantidade de atividades extensionistas na Poli, sendo necessário apenas estabelecer a operacionalização e sistematização delas. Comunicaram que iriam catalogar as atividades em conjunto com os centros acadêmicos; a proposta era conversar com os grupos de extensão e explicar como eles poderiam se adequar para serem considerados atividades extensionistas. Falaram ainda sobre o projeto do Escritório Piloto - ele estava parado e o momento era oportuno para reativá-lo e adequá-lo à curricularização.

O Prof. Monlevade disse que a CoC PMT estudou sua grade e foi aventada a possibilidade de criação de duas disciplinas dedicadas para as atividades extensionistas. Acreditava ser a contagem de crédito por meio de disciplinas guarda-chuva o formato que traria menos problemas. Apresentou também a ideia de mapeamento e incentivo a novos grupos extensionistas.

O Prof. Paulo Cugnasca sugeriu, no caso dos cursos quadrimestrais, dedicar uma semana de cada módulo (quarenta horas) para a realização de atividades exclusivamente extensionistas. Desta forma, não alterariam a estrutura do curso. Pensaram em usar o período de férias, somando as duas optativas livres. O Prof. Seabra concordou que era uma saída interessante; era preciso exercitar e estudar possibilidades.

O Prof. Dr. Augusto Câmara Neiva defendeu que seria mais fácil encontrar aplicações extensionistas nas disciplinas que envolviam projetos. Concordava em colocar mais opções extensionistas do que os alunos precisavam, para que eles pudessem ter mais margem para escolherem e se organizarem.

O Prof. Dr. Mário Eduardo Senatore Soares informou que concordava em avançar nos créditos em optativas livres. O Prof. Dr. Claudio Luiz Marte falou sobre atividades que são realizadas em interface com órgãos públicos e o Prof. Seabra ressaltou que precisavam atentar se as atividades tinham caráter dialógico ou se era entrega de um serviço sem interlocução constante.

A representante discente Laura Carmielletto manifestou a preocupação dos RDs particularmente em relação aos alunos vulneráveis, pois a demanda de tempo para realização de atividades extensionistas, a depender de como elas fossem estruturadas, impactaria nas condições de permanência.

O Prof. Dr. José Aquiles Baesso Grimoni aventou a ideia de um simpósio de extensão, nos moldes do SIICUSP.

Reunindo as sugestões apresentadas, o Prof. Fernando apresentou o seguinte encaminhamento:

(i) Alterar os créditos-trabalho das optativas livres para que eles compusessem a carga de curricularização - estes créditos seriam migrados para outras disciplinas a serem criadas para abrigar a curricularização.

(ii) Oferecer diferentes modalidades de TCC, ficando a cargo do aluno a escolha entre TCC de pesquisa, tradicional ou extensionista;

(iii) readequar os créditos das disciplinas de introdução à engenharia e de trabalho de formatura.

(iv) criação de um módulo extensionista a fim de abrigar as atividades desta modalidade e facilitar o gerenciamento delas. Ou seja, um módulo guarda-chuva, para controle dos

trabalhos de formatura extensionistas, disciplinas de tópicos especiais em extensão, entre outros que forem criados.

O Prof. Mesquita disse ver três possibilidades: aproveitamento das disciplinas que já existem, atribuindo-se carga de extensão a elas; estudar a estrutura do curso, como fez o PMI, e identificar quais créditos seriam passíveis de readequação; criação de disciplinas específicas de extensão. Em sua visão, seria melhor desvincular as atividades de extensão das disciplinas regulares. Neste cenário, porém, seria necessário criar um setor na Poli para tratar apenas do controle das atividades extensionistas, assim como há para os estágios. Outra possibilidade seria fazer como a entrega das AACs. O Prof. Fernando explicou que essa era uma questão ainda em aberto, pois os procedimentos das AACs não estavam bem estruturados e definidos. A Sra. Renata Amorim destacou que, além disso, não havia uma definição clara do que poderia ser considerado AAC e relatou alguns casos.

O Prof. Sansone destacou que o documento Guia da Curricularização trazia duas possibilidades: identificar disciplinas regulares que comportassem carga / atividades extensionistas; ou relacionar atividades de cunho extensionista e cadastrá-las no Sistema Apolo, para, posteriormente, serem agrupadas numa sigla aglutinadora do aluno. O Prof. Rafael disse entender que ambas as possibilidades não eram excludentes e poderiam ser adotadas paralelamente. Os docentes reiteraram a preocupação em como fazer a avaliação das atividades extensionistas, já que esta etapa era mencionada nas regras.

Por fim, o Prof. Wilson Komatsu destacou que as disciplinas com carga de extensão não poderiam ser as de sigla “03”, oferecidas para toda a Escola.

Encaminhando o final da reunião, o Prof. Fernando disse que a discussão havia sido bastante produtiva e informou que a palestra com a Profa. Patrícia ocorreria no dia 27 de setembro de 2023, das 16 às 18 horas. Pediu que os membros apresentassem uma proposta de como tratar esta questão - disciplinas guarda-chuva ou modelo híbrido, para serem levadas às questões para a palestra. O material seria levado também ao CoG, pelo Prof. Seabra – reunião de 28/09/2023 - juntamente com questões sobre o FAQ da PROCEU.

Nada mais a ser tratado, a reunião foi encerrada às 11 (onze) horas e 21 (vinte e um) minutos.